



XIX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA
Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea

Florianópolis | Santa Catarina | Brasil
25, 26 e 27 de novembro de 2019
ISBN: 978-85-68618-07-3



ANÁLISE DA INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA ENTRE PAÍSES EMERGENTES: ESTUDO DE CASO DOS BRICS

Larissa Cristina Dal Piva Moreira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

prof.larissa.moreira@gmail.com

Sonia Maria Ranincheski (in memoriam)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

sonia.ranincheski@ufrgs.br

Foste muito cedo, mas deixou um legado para todos aqueles que tiveram a honra de cruzar o seu caminho: "estudar, estudar, estudar". Esta é a melhor forma de mudar cada destino e o nosso país! Muito obrigada Prof. Sonia Ranincheski pelo exemplo de professora, de orientadora e de ser humano que foste para todos nós! Permanece eternamente viva em nossos corações e em nossas memórias. Seguiremos estudando!

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar o processo de internacionalização universitária do Brasil com os demais países membros dos BRICS – Rússia, Índia, China e África do Sul – comparando as políticas adotadas durante o período de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). A metodologia utilizada consistiu em uma abordagem comparativa e qualitativa tendo como base a análise de acordos e convênios assinados, bem como o conteúdo dos pronunciamentos oficiais dos presidentes brasileiros e entrevistas com expoentes da área tanto do Brasil quanto dos países membros dos BRICS. Como resultados identificaram-se discrepâncias entre visões e ações de internacionalização universitária entre os países membros, sendo que todos os acordos bilaterais celebrados durante o governo Lula previam reciprocidade, o que não foi percebido ao longo do governo Dilma: com a Índia e África do Sul houve relações de multinacionalização do ensino superior, ou seja, um dos países exerceu mais influência sobre o outro. Por fim, para inserir-se estrategicamente no cenário internacional, o Brasil precisaria interagir mais com os demais países emergentes na busca por soluções de problemas conjuntos e/ou similares e, principalmente, eleger a educação e construção de conhecimento como os norteadores do desenvolvimento do país.

Palavras chave: internacionalização universitária; países emergentes; BRICS

1. INTRODUÇÃO

O tema de internacionalização universitária, nas últimas décadas, emergiu como uma das questões importantes do ensino superior, mas também como elemento de planos estratégicos de políticas externas dos países. A globalização e o avanço do conhecimento como algo crucial para as economias nacionais empurraram os países emergentes, como o Brasil, a trilhar a corrida em busca de estreitamento de laços acadêmicos, científicos e tecnológicos com outros países (WIT, 2002; KNIGHT, 2004; ALTBACH, 2007).

Os países emergentes que compõem o acróstico BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - possuem muitas diferenças que dificultam a cooperação acadêmica e científica, como línguas diferentes e diferentes tradições acadêmicas (com algumas semelhanças entre a China e a Rússia). No entanto, algumas realidades são compartilhadas: sérios problemas de gestão e governança interna da universidade; influência política em decisões; equidade de acesso; entre outros (ALTBACH, 2014).

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar o processo de internacionalização universitária do Brasil com os demais países membros dos BRICS – Rússia, Índia, China e África do Sul – comparando as políticas adotadas durante o período de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Embora as distâncias geográficas, históricas e culturais, os BRICS têm aspectos econômicos e demográficos em comum: são países de economias em crescimento e de impacto no cenário político mundial por serem populosos (juntos, representam mais de 40% da população mundial) e de grande extensão e/ou influência na região/continente em que estão inseridos (INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS APLICADA – IPEA, 2015). Ao unirem-se, mais do que ampliar contatos, eles ganham representatividade e importância perante os demais países considerados hegemônicos, fortalecendo a premissa de uma nova ordem multipolar (VISENTINI et al., 2013).

O fato de terem realidades socioeconômicas parecidas fez com que na VI Cúpula dos BRICS, realizada no Brasil, em julho de 2014, os presidentes dos países do bloco afirmassem que a educação é a chave para o sucesso de longo prazo e reconhecessem que investir mais é essencial para enfrentar as desigualdades e fomentar continuamente o crescimento econômico (BRASIL, 2014a).

A análise dos interesses de cooperação, sejam eles acadêmicos, científicos, tecnológicos ou de outras temáticas, exige certa cautela. Primeiramente, é preciso lembrar que os BRICS possuem, em certa medida, interesses políticos e econômicos que, muitas vezes,

não se aglutinam. No plano político, a China e a Rússia, geralmente, adotam posturas internacionais mais rígidas, enquanto os demais países se posicionam de forma menos incisiva. No plano econômico, China e Índia caracterizam-se pela exportação de produtos industriais e tecnológicos, bem como pela importação em massa de matérias-primas; Brasil, Rússia e África do Sul, por outro lado, exportam basicamente grandes volumes de recursos minerais e agrícolas, além de importarem tecnologias industriais (STUENKEL, 2017).

Assim, o incremento de políticas que geram o intercâmbio de conhecimento e a busca de parcerias com outros países emergentes poderiam ser estratégias a serem postas em prática como uma forma de impulsionar ou mesmo criar novos programas que pudessem representar avanços na qualificação do conhecimento produzido no país. Os governos Lula e Dilma teriam tido essa motivação ou teriam permanecido na esfera do aumento de cooperação e mobilidade acadêmica? Para responder a essa questão é necessário, neste caso, debater e esclarecer o conceito de internacionalização do ensino superior utilizado para comparar as políticas de internacionalização universitária de ambos governos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Existem várias concepções do conceito de internacionalização do ensino superior, mas todas convergem ao mencionar que pode ser considerada como um conjunto de políticas e programas que universidades e governos implementam para responder ao fenômeno da globalização, que afeta Estados e instituições de ensino superior (IES) (SEBASTIÁN, 2004; ALTBACH, 2002; GACEL-ÁVILA, 2003; KNIGHT, 2004).

Para Knight (2004, p. 11), a internacionalização do ensino superior é conceituada como o “processo que integra uma dimensão global, intercultural e internacional nos objetivos, funções e oferta da educação pós-secundária”. Essa ideia é corroborada por Sebastián (2004), que define a cooperação acadêmica internacional como um conjunto de atividades realizadas entre instituições universitárias que, por meio de múltiplas modalidades, implica uma associação e colaboração sobre temas de política e gestão institucional. Percebe-se, assim, que há uma visão de internacionalização voltada para a cooperação no nível institucional, ou seja, entre as instituições de ensino superior.

Por outro lado, Hawawini (2011) afirma que essa definição não captura a essência do processo de internacionalização, cuja meta fundamental deveria estar na integração da instituição ao conhecimento global emergente e à rede de aprendizagem, em detrimento da

integração da dimensão internacional ao ambiente institucional existente. O processo, então, deveria consistir no olhar para fora em vez de olhar para dentro, enfatizando a capacidade e a habilidade da instituição para se tornar parte integral da construção do conhecimento do mundo, não somente para se beneficiar dele, mas também para contribuir com seu desenvolvimento.

Apesar do conceito de internacionalização do ensino superior ser recente, datado dos anos de 1990 (WIT, 2002), o caráter internacional das universidades está presente desde a Idade Média com a criação das primeiras escolas europeias. A formação dessas escolas, chamadas “universitas”, contava com professores e estudantes de diferentes regiões e países, apresentando em sua constituição comunidades internacionais que se reuniam em busca de um objetivo comum: o conhecimento (STALLIVIERI, 2004).

Todavia, houve uma mudança nos paradigmas, que seguiu na mesma direção da reformulação trazida pela globalização, caminhando lado a lado com a evolução das sociedades. Antes, as universidades não precisavam justificar seu trabalho perante a sociedade. Porém, o processo de massificação do ensino superior abriu as portas da universidade a diversos setores da sociedade. Essa é outra definição da importância de internacionalização do ensino superior, para a qual estudantes, pais, governo, agências financiadoras de crédito educativo, agências de fomento para pesquisa e o mercado passaram a ser avaliadores próximos dos rumos das universidades (TROW, 1970). Isso pode ser ilustrado pela necessidade que os estudantes têm de obter uma ótima experiência acadêmica, as exigências do mercado de trabalho por um determinado perfil profissional, a questão das avaliações da qualidade do ensino, os quesitos para garantir financiamento de projetos, bem como credenciamento dos programas e dos cursos.

Nesse sentido, Gornés (2001) afirma que a cooperação acadêmica pode ser vista como a capacidade que podem desenvolver as relações entre as diferentes instituições acadêmicas, governamentais e sociais, mediante o intercâmbio de produtos acadêmicos (sejam estes de docência, investigação, extensão, difusão ou serviços acadêmico-profissionais), com a finalidade de empatar necessidades com possibilidades. Não é questão menor salientar que, no caso do Brasil, está havendo uma concorrência entre as instituições universitárias que, sofrendo a perda de recursos, percebem a possibilidade de cooperação internacional como um duplo ganho: condições de vencer a competição no *ranking* universitário e ganhar mais recursos. É nesse sentido que Lima e Contel (2009) salientam a característica mercadológica envolvendo a captação de recursos financeiros advindos de estudantes internacionais no caso de universidades estrangeiras. No caso brasileiro, a principal fonte de captação de recursos é o

Estado, por isso é reforçada sua importância para estudo e influência no processo de internacionalização das instituições de ensino superior nacionais.

Em relação aos níveis de políticas que influenciam e são afetados pelo processo de internacionalização, Knight (2004) menciona os níveis nacional, setorial e institucional. No nível nacional, as políticas relacionam-se à área de relações exteriores, imigração, educação, ciência e tecnologia, cultura e história, desenvolvimento social, indústria e comércio, entre outros. Tratando-se do nível setorial de educação, as políticas estão relacionadas a propósito, acreditação, licença, captação de recursos, currículo, ensino e pesquisa.

Em relação ao nível institucional, Knight (2004) afirma que as políticas podem ser interpretadas de duas formas: a mais ampla e a mais restrita. A primeira é caracterizada pelas políticas no nível institucional, relacionadas ao planejamento de diretrizes para analisar as implicações da/para a internacionalização, ou seja, verifica se a instituição de ensino tem adotado uma abordagem integrativa e sustentável, incluindo manutenção da qualidade, planejamento, pessoal, finanças, desenvolvimento de professores, apoio aos estudantes, entre outros. A mais restrita se refere às declarações relacionadas à dimensão internacional na missão da instituição, bem como a propósitos, valores, funções e políticas (estudo no exterior, recrutamento de estudantes, ligações e parcerias internacionais, oferta de cursos transfronteiriços, licenças para estudos internacionais – *sabbaticals*).

Assim, percebe-se a presença de três atores principais: os governos dos Estados nacionais, as instituições e as redes acadêmicas que podem ou não efetivar as cooperações acadêmicas. O processo pode ocorrer, primeiramente, entre os acadêmicos, mas necessita do aval do Estado. Para os Estados, a política de internacionalização possui mais força política de pressionar para que os acadêmicos participem desse processo de internacionalização. Em outras palavras, no nível do Estado, a cooperação em temas educacionais é um instrumento político.

Entre as ações de internacionalização universitária, pode-se citar a mobilidade acadêmica e a científica e tecnológica. A mobilidade acadêmica consiste, principalmente, na presença de professores e estudantes estrangeiros no *campus* do país e pode ser verificada pelo grau de imersão internacional no currículo. A mobilidade científica e tecnológica é percebida em ações conjuntas entre os países, como: realização de projetos de pesquisa com instituições estrangeiras; participação em consórcios internacionais de pesquisa; concessão de bolsas para pesquisa internacional; desenvolvimento de projetos de patente internacional (BARTELL, 2003, STALLIVIERI, 2004).

Percebe-se assim que, no processo de internacionalização universitária, há reciprocidade e troca entre as instituições de ensino e seus países. Entretanto, a relação entre os países e as instituições de ensino nem sempre são simétricas, pois há programas promovidos pelos governos com intuítos estratégicos que acabam gerando relações assimétricas e não recíprocas. Morosini (2006), apoiada também em Altbach (2007), acrescenta o termo “multinacionalização da educação superior”, que se refere a programas acadêmicos de instituições pertencentes a um determinado país e que são oferecidos em outro(s) país(es). Geralmente, a multinacionalização ou transnacionalização marca relações entre desiguais e tem como objetivo maior o lucro. Entre os tipos de multinacionalização/transnacionalização, pode-se citar o estabelecimento de *campus* no estrangeiro, onde os professores e o currículo são oriundos da instituição estrangeira, bem como as aulas são ministradas no idioma do país estrangeiro. A comparação entre as ações de cooperação acadêmica internacional no âmbito de internacionalização e multinacionalização/transnacionalização universitárias podem ser observadas no quadro 1.

Quadro 1. Ações de Cooperação Acadêmica Internacional – internacionalização x multinacionalização universitária

Internacionalização Universitária	Multinacionalização/ transnacionalização Universitária
Mobilidade docente e discente	Estabelecimento de campi em outros países;
Bolsas concedidas pelo Governo para estudos e pesquisa em outro país	Oferecimento de contratos de educação à distância em outros países;
Realização de projetos de pesquisa com instituições estrangeiras;	Desenvolvimento de cursos de treinamento em outros países.
Participação em consórcios e redes internacionais de pesquisa;	Grau de imersão internacional no currículo nacional;
Desenvolvimento de projetos de patente internacional.	Aulas de idiomas estrangeiros no contexto nacional
Projetos de dupla certificação internacional	Aulas ministradas por professores estrangeiros mesmo a distância

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A diferença entre internacionalização e multinacionalização/transnacionalização do ensino superior pode estar na função, isto é, se a política de internacionalização do ensino superior contribui para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países envolvidos ou se permite que um país exerça poder de influência (*soft power*) sobre outro. Pode-se também dizer, observando-se conceitos de Knight (2004), que o processo de internacionalização universitária ocorre entre os países (*across nations*), enquanto a multinacionalização ou transnacionalização da educação superior ocorre com a intervenção além das fronteiras da política nacional (*cross-border*). Essa diferença pode ser observada na relação entre os países

desenvolvidos ou do Norte que ocupam a posição de produtores do conhecimento e os demais países, em desenvolvimento, que têm subsistido no papel de consumidores desse conhecimento (CELANO; GUEDES, 2014). Tal característica também se evidencia na prática das ações de internacionalização pelas instituições de ensino superior, com uma reconhecida tradição das instituições europeias e americanas na mobilidade acadêmica internacional.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa utilizou o conceito de política de internacionalização universitária como sendo o conjunto de discursos e programas promovidos pelo governo com o intuito de promover relações e ações de cooperação acadêmica e científica com os outros países. A política de internacionalização parte do Estado e tem chances de ser aplicada pelas instituições de ensino superior. O papel das Instituições de Ensino Superior é relevante por ser nelas que as políticas se transformam em ações.

A metodologia utilizada para a realização da presente pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com estudo de caso, caracterizada pela descrição, pela compreensão e pela interpretação de fatos e fenômenos (MARTINS E THEÓPHILO, 2009).

Em um primeiro momento, com base na análise de dados secundários, como documentos (acordos e convênios), discursos governamentais e entrevistas, buscou-se comparar, analisar e explicar a política e as ações de internacionalização universitária do Brasil com os demais países membros dos BRICS durante os governos Lula e Dilma.

A análise comparada foi realizada em três níveis que se complementam: o nacional, o setorial e o institucional. O nível nacional, para o caso brasileiro, está relacionado com a política de governo e engloba dados de órgãos governamentais de fomento à cooperação acadêmica internacional, tais como: a) Ministério de Relações Exteriores, com os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Divisão de Temas Educacionais (DCE); b) Ministério de Educação com os dados da Coordenação para Aperfeiçoamento para Pessoal de Nível Superior (CAPES); c) Ministério de Ciência e Tecnologia: dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No nível setorial, que inclui as organizações não governamentais que apoiam o processo de internacionalização universitária, como no Brasil a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI). O nível institucional abrange as instituições de ensino superior que também são atores envolvidos no processo de internacionalização universitária. Foram entrevistados sete assessores de política de internacionalização de importantes universidades brasileiras e representantes de

instituições públicas (USP, UNICAMP, UFRGS, UFRJ) e privadas (PUC-São Paulo, da PUC-Campinas, da PUC-Rio de Janeiro). Para a seleção das instituições de ensino superior a serem pesquisadas, buscaram-se as mais bem colocadas no relatório “QS University Rankings: BRICS” no ano de 2016.

Também foram entrevistados assessores responsáveis pela política de internacionalização de universidades estrangeiras, tais como: Friendship University, Rússia; Beijing University of Technology, da China; e Indian Institute of Technology Madras – IITM, da Índia. Além desses, foram entrevistados dois pesquisadores atores na área de internacionalização universitária brasileira: prof. Claudio de Moura Castro, presidente da CAPES de 1979 a 1982, e prof^a Luciane Stallivieri, com pós-doutorado e especialista na área de internacionalização universitária.

Para análise dos dados levantados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Esta, conforme Bardin (2006), consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). Para Moraes (1999), o maior desafio da análise de conteúdo está na preparação das informações, que requer uma classificação por sua interação e relevância com os propósitos do estudo.

Após a classificação e a descrição dos dados encontrados, foi interpretado se a relação de cooperação acadêmica do Brasil com os demais países membros dos BRICS está no estágio de multinacionalização/transnacionalização ou de internacionalização do ensino superior. Por fim, Creswell (2010) afirma que a validade externa em pesquisa qualitativa pode ser alcançada com técnicas como a triangulação entre diferentes fontes de informação e o exame dos pares. Sendo assim, foi realizada a validação da análise final e a confirmação das hipóteses levantadas por meio da triangulação dos dados secundários com as entrevistas realizadas.

4. RESULTADOS

O acrônimo BRICS surgiu em 2001 pela análise de perspectiva de crescimento econômico dos países, mas a partir de 2008 foi assumindo um papel político no cenário internacional. Ao observar o crescimento do PIB, o valor estimado por Jim O’Neil (2001) foi ultrapassado ao somar o crescimento conjunto dos BRICS. Entretanto, esse crescimento se

deu em função da expansão da China e da Índia, e não por um crescimento igual de cada país do grupo. Inclusive, houve uma queda do PIB no Brasil, na Rússia e na África do Sul de 2014 para 2016.

A diferença de PIB e crescimento econômica também pode ser analisada na área educacional, sendo que ao observar-se o número de instituições de ensino superior, percebe-se que houve um expressivo aumento do número de IES entre 2001 e 2016, principalmente no Brasil, na Índia e na China. No caso da Rússia e da África do Sul, houve uma redução de IES, devido às reestruturações e às reformas do ensino superior nesses países

Pode-se citar aqui algumas diferenças numéricas existentes entre os dados do ensino superior e do processo de internacionalização entre os cinco países:

- a) Brasil e China apresentam o maior número de instituições de ensino superior, em torno de 2.500, enquanto Rússia, Índia e África do Sul não atingem 1.000 instituições de ensino superior;
- b) China e Índia apresentam o maior número de alunos no ensino superior, em torno de 34 milhões, enquanto o Brasil possui um pouco mais de 8 milhões, a Rússia quase atinge a marca de 5 milhões, e a África do Sul ainda não alcançou 1 milhão de alunos no ensino superior;
- c) China lidera com o maior número de alunos estrangeiros entre os países membros dos BRICS – são mais de 400.000 alunos internacionais; vem seguida por Rússia, com mais de 200.000 alunos estrangeiros. A África do Sul atrai maior número de alunos estrangeiros que Brasil e Índia, sendo 70.000 contra 20.000 e 40.000, respectivamente. Ressalta-se aqui o baixo índice de atratividade de alunos estrangeiros para o Brasil;
- d) China também lidera o número de alunos estudando no exterior, sendo aproximadamente 550.000. É seguida pela Índia, que envia 180.000 alunos para instituições de ensino estrangeiras. Na sequência vêm Rússia e Brasil, com 50.000 e 40.000 alunos no exterior, respectivamente. Por último, a África do Sul apresenta uma tendência a um número baixo de alunos no exterior; eram pouco mais de 6.000 no ano de 2014;
- e) Rússia apresenta o maior número de pesquisadores, sendo mais de 3.000 para cada milhão de habitantes. É seguida pela China, com pouco mais de 1.000 pesquisadores para cada milhão de habitantes; Brasil, com aproximadamente 700 pesquisadores por milhão de habitantes; África do Sul, com

aproximadamente 500 pesquisadores por milhão de habitantes; e por último Índia, com 156 pesquisadores por milhão de habitantes;

- f) China está em 2º lugar no *ranking* mundial em termos de número de artigos e produção científica, apesar de não apresentar o maior número de pesquisadores por milhão de habitantes.

Apesar das diferenças numéricas, não se pode afirmar que a educação em um país seja muito superior à do outro em todos os aspectos, pois, por exemplo, a China, pode ter o maior número de IES, de alunos e de publicações, mas o Brasil mantém, proporcionalmente, salas de aula quatro vezes menos lotadas que as da China, e a Rússia possui o dobro de pesquisadores por habitante em relação à China. A Rússia destaca-se por já ter uma base sólida de educação superior, ou seja, há muitos recursos humanos já formados e com nível escolar superior. A China tem investido muito no setor de educação, incrementando os resultados em termos de pesquisa e patente, o que a torna ainda mais competitiva no cenário internacional.

De uma forma mais geral e resumida, apesar de cada país membro dos BRICS ter o seu sistema de ensino, eles até podem ser equiparados nas seguintes classificações: instituições públicas e privadas; nível de ensino superior é composto por cursos de graduação com duração entre três e seis anos, dependendo da área e dos cursos de pós-graduação nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Essa semelhança na estrutura de ensino pode ser utilizada a favor do processo de internacionalização das instituições de ensino superior dos BRICS.

No âmbito de mobilidade acadêmica, uma das formas que auxilia facilmente o processo de internacionalização universitária entre os países membros do grupo, ressalta-se que Rússia e China mantêm programas de bolsas que garantem reciprocidade, mas o mesmo não ocorre com Índia e África do Sul. Somente o Brasil tem enviado estudantes a estes dois últimos países. Em relação à África do Sul, percebe-se ainda que o Brasil visa atrair estudantes daquele país por meio dos programas PEC-G e PEC-PG. Na mobilidade acadêmica entre os países membros dos BRICS, destacam-se alunos sul-africanos indo para Índia, alunos indianos e chineses indo para a Rússia. Percebe-se que somente o Brasil não mantém uma forte relação de mobilidade acadêmica com os demais países membros dos BRICS.

Ao realizar a análise no nível nacional, percebe-se que os países membros dos BRICS mantêm acordos de cooperação entre si, tanto em forma de grupo por meio dos Fórum dos BRICS que teve início em 2003, quanto vários firmados bilateralmente ou por meio de outros agrupamentos políticos, como o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Por outro lado, no nível

setorial, que engloba as associações e as organizações não governamentais envolvidas no processo de internacionalização universitária das instituições de cada país, como a FAUBAI no Brasil, há o interesse em estreitar laços entre os países membros dos BRICS, mas tampouco há um acordo celebrado entre elas ou um esforço conjunto com cada um dos países nesse sentido.

Na análise das relações de internacionalização universitária do Brasil com os demais países membros dos BRICS, nota-se que houve um caráter de reciprocidade ao longo do governo de Lula, mas o mesmo alterou-se ao longo do governo Dilma com o Programa Ciência sem Fronteiras, prevendo o envio de alunos brasileiros e com a adição da África do Sul nos programas PEC-G e PEC-PG. Esses dois programas do governo Dilma deixaram de garantir a reciprocidade e a simetria de mobilidade, com o envio de alunos para a Índia e a atração de alunos da África do Sul.

Essa assimetria pode ser identificada nas ações de multinacionalização ou transnacionalização do ensino superior, sendo elas as seguintes: estabelecimento de *campi* em outros países; oferecimento de contratos de educação a distância; desenvolvimento de cursos de treinamento em e para outros países; e aulas de idiomas estrangeiros no contexto nacional. Percebe-se que, em sua maioria, não há casos entre os países membros dos BRICS, com exceção de episódios de treinamento de funcionários brasileiros pelo governo indiano.

A cooperação acadêmica, durante o governo de Lula, ocorria em reciprocidade, que era claramente explícita nos acordos bilaterais firmados entre os países. No governo de Dilma, a cooperação acadêmica ocorreu em reciprocidade com Rússia e China por meio do Programa Ciência sem Fronteiras e programas dos governos russo (Global Education Program) e Chinês (China Scholarship Council). A Índia recebe alunos brasileiros do Programa Ciência sem Fronteiras e ministra treinamento a funcionários Brasileiros na Índia ou por professores indianos no Brasil. O Brasil pode enviar alunos para a África do Sul pelo Programa Ciência sem Fronteiras, mas tem, principalmente, alunos pelos programas PEC-G e PEC-PG.

A cooperação científica e tecnológica também se deu em áreas distintas entre o Brasil e cada país membro dos BRICS, como também foi diferente nas áreas prioritárias quando comparados os governos Lula e Dilma. Em relação à Rússia, Lula priorizou a temática segurança nos acordos de cooperação, enquanto Dilma introduziu os temas de esportes e grandes eventos, por conta da Copa do Mundo organizada pela FIFA e dos Jogos Olímpicos, que ocorreu no Brasil e a Copa do Mundo que vai ocorrer na Rússia em 2018. Em relação à Índia, Lula celebrou acordos em distintas áreas e Dilma focou na área de biotecnologia, inclusive abordando ações de internacionalização universitária nesse tema. Em relação à

China, ambos os governos celebraram vários acordos de cooperação, a maioria visando a questões comerciais. Em relação à África do Sul, Lula celebrou acordos em distintas áreas e Dilma focou na área de meio ambiente.

Por fim, percebe-se que o Brasil, de uma forma geral, apesar de manter convênios de cooperação acadêmica com as instituições de ensino dos demais países membros e de participar em conjunto da Universidade em Rede dos BRICS, não mantém projetos de patente internacional e cursos de dupla titulação com nenhum dos outros membros do grupo. Logo, a política de internacionalização com os demais países dos BRICS, também por ser recente, ainda não está institucionalizada a ponto de permitir um desenvolvimento de novos conhecimentos acadêmicos e científicos entre os países do agrupamento.

5. CONCLUSÃO

Como foi possível perceber ao longo da pesquisa, nas relações entre os países os países membros dos BRICS existem pontos de interesse comum nos quais poderiam ser desenvolvidas pesquisas em conjunto tanto na área de saúde, como novos medicamentos, quanto de energia sustentável, além de novas soluções em transporte e preservação do meio ambiente. Da mesma forma, poderia haver ganhos nas relações acadêmicas entre os países membros dos BRICS. No entanto, como esses acordos ainda não se realizaram, o que se nota são as ações individuais. Encontraram-se números significativos de alunos sul-africanos indo para a Índia, bem como de alunos indianos e chineses indo para a Rússia. Somente o Brasil não apresentou essa mobilidade acadêmica com demais países membros dos BRICS.

Por outro lado, cabe lembrar que as ações de cooperação e internacionalização universitária do grupo dos BRICS como um todo foram propostas, em sua maioria, em 2015, mesmo ano em que o Brasil começou a enfrentar uma forte crise política, econômica e financeira. Sendo assim, é preciso ter em conta que talvez as propostas não fossem ruins, mas que poderia não ser o momento propício para a operacionalização, no Brasil, das atividades propostas pelas declarações e pelos acordos firmados entre os cinco países. Além disso, o fato das propostas de ações conjuntas de internacionalização universitária entre os países membros dos BRICS ser recente não permite uma avaliação dos resultados das propostas que permita afirmar se haverá ou não uma institucionalização do processo de internacionalização universitária entre os BRICS.

A conclusão do artigo, enfim, está voltada para o dilema entre uma política de Estado e de governo. Sendo a internacionalização universitária uma política que demanda tempo,

haja vista o tempo necessário para construir e firmar acordos, o Brasil precisaria que sua elite política transcendesse as rivalidades partidárias e elege-se a educação e o nível de criação de conhecimentos como moedas não intercambiáveis. As dificuldades para tanto são inúmeras, começando pela força da Presidência da República e a natural fraqueza da sociedade civil. Como foi visto, as políticas de internacionalização universitária estiveram acopladas ao peso da Presidência e da pessoa do presidente. Como proteger a educação das circunstâncias e das conjunturas? Talvez uma possível resposta esteja no nível doméstico, com maior participação e intervenção da população organizada, além do envolvimento e do engajamento das instituições de ensino superior no plano nacional, e não somente como um diferencial no *ranking* entre as universidades.

Assim, corroborando e concluindo com o que foi dito pelo prof. Laplane, “é momento de rever convênios e buscar parceiros estratégicos para colaboração em âmbito internacional em busca de desenvolvimento científico e tecnológico, buscando soluções para problemas de nossa realidade local”. Nesse sentido, não é necessário voltar-se, novamente, somente para as cooperações com países do norte, sejam os Estados Unidos, sejam países europeus. É preciso prestar atenção nos países que estão se desenvolvendo, econômica e socialmente, como China e Índia, e que têm potencial de desenvolvimento futuro.

Derivadas da conclusão deste artigo, outras perguntas relevantes para futuras pesquisas surgiram, entre elas destacam-se: até que ponto uma política de internacionalização universitária conjunta influencia no desenvolvimento de cada país? Qual seria o tempo necessário para se construir uma política de internacionalização universitária? No conjunto dessas questões está também a ideia de se pensarem novas formas de cooperação acadêmica e científica entre os países emergentes, como por meio de ensino a distância, para redução de custos logísticos, e de financiamento para essas ações de internacionalização universitária e desenvolvimento de pesquisa em conjunto.

REFERÊNCIAS

ÁFRICA DO SUL._____. **Council on Higher Education - CHE**. Disponível em: <http://www.che.ac.za>. Acesso em: 06 ago 2017.

ALTBACH, P.G.; BASSETT, R.M. Nix de BRICS – at least for Higher Education Scholarship. **Change**. September/October 2014

ALTBACH, P.G.; KNIGHT, J. The internationalization of higher education: motivations and realities. **Journal of studies in international education**, v. 11, n. 3-4, p. 290-305, 2007.

BARTELL, M. Internationalization of universities: A university culture-based framework. **Higher Education**. Manitoba, Winnipeg, 2003, p. 37-52.

BRASIL. **Agência Brasileira de Cooperação – ABC**. Disponível em: <http://www.abc.gov.br>. Acesso em: 30 jun 2017.

_____. **Ciência sem Fronteiras – CsF**. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br>. Acesso em: 24 jul 2017.

_____. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 20 jun 2017.

_____. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq**. Disponível em: <HTTP://www.cnpq.br>. Acesso em: 22 jun 2016.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 22 jun 2017.

_____. **Instituto de Pesquisas Economicas Aplicada - IPEA**. Disponível em www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.htmwww.oecd.org. Acesso em: 28 Jun 2017.

_____. **Ministério da Educação – MEC**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jul 2017.

CELANO, A.C.; GUEDES, A.L. Impactos da globalização no processo de internacionalização dos programas de educação em gestão. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 1, p. 45-61, 2014.

CERVO; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011– 2014). **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014.

CHINA. **Ministry of Education of the People’s Republic of China – MOE**. Disponível em: <http://en.moe.gov.cn>. Acesso em: 02 Jul 2017

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ESCOBAR, H. Universidades brasileiras devem promover internacionalização, valorizar mérito, flexibilizar regras e reduzir burocracia se quiserem chegar à elite do ensino superior. **Ensino Superior Unicamp**, São Paulo, 17 out. 2013.

GACEL-ÁVILA, J. **La internacionalización de la educación superior: paradigma para la ciudadanía global**. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, 2003.

GODOY, A.S. Estudo de caso qualitativo. In.: GODOI, C.K. et al. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GORNÉS, L. N. Por qué Cooperación Acadêmica? In: **Cooperación Acadêmica**. Vol. I, n.1, abril, 2001.

HAWAWINI, G. The internationalization of higher education institutions: a critical review and a radical proposal. **INSEAD Working Artigos Collection**, Issue 112, p. 1-47, 2011.

INDIA. **All India Survey on Higher Education – AISHE**. Disponível em: <http://www.aishe.nic.in>. Acesso em: 13 jun 2017

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MORCHE, B. **A expansão do sistema de educação superior no Brasil, na China e na Índia: uma análise comparada**. Dissertação. UFRGS, 2013.

MOROSINI, M. C. Estado do Conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. Curitiba: **Educar**, n.28, p-107-124, Editora UFPR, 2006.

PUTNAM, R. D. Diplomacy and Domestic Politics: **The Logic of Two-Level Games. International Organization**. Vol. 42, No. 3. Summer, 1988. pp. 427-460.

RUSSIA. **National Information Centre on Academic Recognition and Mobility – ENIC**. Disponível em: <http://www.russianenic.ru/english/>. Acesso em: 21 mai 2017

SEBASTIÁN, J. **Cooperação e Internacionalização das Universidades**. Argentina: Editorial Biblos, 2004.

STALLIVIERI, L. **Estratégias de Internacionalização das Universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Educus, 2004.

STUENKEL, O. **BRICS e o futuro da ordem global**. Paz e terra, 2017.

TROW, M. Reflections on the transition from mass to universal higher education. **Daedalus**, v. 99, n. 1, p. 1-42, 1970.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **BRICS: Construir a educação para o futuro**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002296/229602por.pdf>. Acesso em Nov 2015.

UNESCO - Institute for Statistics. **Global Flow of Tertiary- Level Students 2014**. Disponível em: <http://uis.unesco.org/en/uis-student-flow>. Acesso em 10 mar 2017.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

WIT, H. **Internationalization of Higher Education in the United States of America and Europe: a historical, comparative and conceptual analysis**. Greenwood Studies in Higher Education. Wesport: Greenwood Press, 2002.

WIT, H.; JARAMILLO, I.C.; GACEL-ÁVILA, J.; KNIGHT, J. (editors). **Higher Education in Latin America: The international dimension**. The World Bank: 2005.

VISENTINI, P.; ADAM, G.; VIEIRA, M.; SILVA, A; PEREIRA, A. **BRICS: as potências emergentes China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul**. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2013.

WORLD BANK. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>. Acesso em 17 de julho de 2017.